



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

Fundamentação Legal: Art. 75, II da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 4.407/23, art. 43, inc. II, e Decreto Municipal 4.592/26

Exclusiva para ME e EPP conforme Lei Complementar 123 de 2006 com a redação dada pela Lei Complementar 147/2014. Caso não receba proposta de no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP, o item será destinado para ampla concorrência.

DADOS DO AVISO Indianópolis, 03 de setembro de 2026.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO	Nº 071/2026 Nº 014/2026
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	Início no dia 08 de setembro de 2026 até às 23:59 do dia 10 de setembro de 2026.
SESSÃO DE JULGAMENTO.	11 de setembro de 2026, às 09h00min
REFERÊNCIA DE HORÁRIO.	Horário de Brasília - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO OU PROTOCOLO NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.	licitacaoindi@outlook.com Praça Urias José da Silva, 42, departamento de licitações

O **MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com sede na Praça Urias José da Silva, 42, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.259.390.0001-84, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e art. 43, inc. II do Decreto Municipal 4.407/23 e Decreto Municipal 4.592/26 e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho para a realização de exames médicos ocupacionais, compreendendo exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais, com emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

ANEXOS DESTES AVISO

Anexo I - Termo de Referência
Anexo II – Relação de Documentos de Habilitação
Anexo III – Declaração Unificada
Anexo IV – Modelo de Proposta de preços
Anexo V – Minuta Contratual



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

1. FUNDAMENTO LEGAL

As contratações através de dispensa de licitação no Município de Indianópolis são regidas pelos dispositivos legais:

- a) Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II;
- b) Decreto Municipal nº 4.407, de 28 de dezembro de 2023, art. 43, inc. II;
- c) Decreto Municipal nº 4.592, de 02 de março de 2026;
- d) Lei complementar 123/2006.

2. OBJETO

Conforme condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecidas no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

3.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS

As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local da prestação dos serviços estão elencadas no termo de Referência anexo I deste Aviso.

5. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

5.1 PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua publicação na imprensa oficial do Município.

5.2 A proposta de preços e os documentos de habilitação, poderão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: licitacaoindi@outlook.com fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026 ou protocoladas no departamento de licitações.

6. PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

6.2 A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que o MUNICÍPIO se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.3 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.4 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

6.5 Os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Aviso.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos relacionados no Anexo II e III com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.

8.2 Serão desclassificadas as propostas que:

8.2.1 apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos;

8.2.2 contiver vícios insanáveis;

8.2.3 não obedecer as especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

8.2.4 apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do máximo definido para contratação;

8.2.5 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

8.3 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar o objeto a contento, será considerado inexequível a proposta de preços que:

8.3.1 for insuficiente para cobertura dos custos da contratação apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3.2 apresentar um ou mais valores de planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.4 HABILITAÇÃO

8.4.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

9. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

10.2 O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.3 O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

10.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo MUNICÍPIO.

10.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

10.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

10.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

10.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:

a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

10.8.1 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

Indianópolis, 03 de setembro de 2026.

Vonimar Rodrigues da Silva
Encarregado Departamento de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Adailton Borges Amaro

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho para a realização de exames médicos ocupacionais, compreendendo exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais, com emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2 O Objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3 Justificativa para a Dispensa do ETP: A dispensa do Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se no Art. 19, inciso I, do Decreto nº 4.407, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal. Essa dispensa é aplicável aos casos previstos no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 O Município de Indianópolis/MG possui contratação vigente, decorrente de aditivo contratual, para a prestação de serviços de Medicina do Trabalho, contemplando a realização de exames médicos ocupacionais e a emissão dos respectivos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO). Entretanto, o quantitativo previsto para o item objeto da presente contratação expirou, devido ao aumento da demanda.

3.2 O aumento da demanda decorreu, principalmente, da realização de processo seletivo pelo Município, que ocasionou a admissão de novos profissionais e, conseqüentemente, a necessidade de realização dos respectivos exames admissionais, bem como de exames demissionais em razão do desligamento de servidores contratados.

3.3 Além dos exames decorrentes das admissões e desligamentos, permanece a necessidade de realização dos exames médicos periódicos dos servidores, destinados ao acompanhamento de suas condições de saúde ocupacional e à avaliação de sua aptidão para o desempenho das respectivas atividades, conforme os períodos e critérios estabelecidos na legislação e nas normas regulamentadoras aplicáveis.

3.4 A necessidade de continuidade dos serviços, aliada ao consumo total do quantitativo disponível no contrato vigente, torna necessária a realização de nova contratação, de modo a evitar a interrupção dos exames ocupacionais e assegurar o atendimento tempestivo das demandas decorrentes da movimentação do quadro de pessoal municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

3.5 A contratação mostra-se necessária, ainda, para garantir que os servidores sejam submetidos às avaliações médicas ocupacionais nos momentos legalmente exigidos, com a consequente emissão dos respectivos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO, permitindo ao Município manter regularizados os procedimentos relacionados à saúde e segurança do trabalho.

3.6 Ressalta-se que a demanda possui caráter contínuo e variável, uma vez que a quantidade de exames necessários está diretamente relacionada à movimentação do quadro de pessoal, às admissões, desligamentos, mudanças de função, retornos ao trabalho e à periodicidade dos exames ocupacionais. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para garantir a disponibilidade dos serviços durante a vigência contratual, de acordo com a efetiva necessidade da Administração.

3.7 Diante desse cenário, a contratação pretendida busca assegurar a continuidade e a regularidade da realização dos exames médicos ocupacionais dos servidores municipais, atendendo tanto às demandas decorrentes da movimentação do quadro de pessoal quanto à necessidade permanente de acompanhamento periódico da saúde ocupacional, em observância à legislação vigente e às Normas Regulamentadoras aplicáveis.

3.8 A contratação se dará por meio de DISPENSA, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

3.9 A demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

4. DO VALOR DA DISPENSA

4.1 O valor da dispensa para o ano de 2026 é de **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, consoante decreto nº 12.807 de dezembro de 2025.

4.2 Considerando que o valor utilizado na contratação anterior, neste exercício, foi de R\$ 33.056,11 (trinta e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e onze centavos) e que o valor estimado da presente contratação é de R\$ 10.734,50 (dez mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), o somatório corresponde a **R\$ 43.790,61 (quarenta e três mil setecentos e noventa reais e sessenta e um centavos)**, permanecendo abaixo do limite para a contratação por dispensa em razão do valor no exercício financeiro.

4.3 Ressalta-se que, a presente contratação não caracteriza fracionamento indevido de despesa, uma vez que decorre de necessidade superveniente, relacionada ao esgotamento do quantitativo anteriormente contratado e ao aumento da demanda decorrente da movimentação do quadro de pessoal, não havendo divisão do objeto com o propósito de afastar a licitação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho, devidamente habilitada para a prestação de serviços médicos ocupacionais, visando atender às demandas do Município quanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

à realização dos exames médicos ocupacionais dos servidores municipais, com emissão dos respectivos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO.

5.2 A contratação deverá contemplar a realização de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais, observadas as disposições da legislação trabalhista e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – (PCMSO), além das demais normas técnicas e profissionais aplicáveis.

5.3 Os serviços deverão ser prestados por profissionais legalmente habilitados, sob responsabilidade da empresa contratada, compreendendo a avaliação clínica ocupacional e os procedimentos necessários à adequada conclusão do exame, de acordo com as atividades desempenhadas pelo servidor.

5.4 Após a realização de cada exame, deverá ser emitido o respectivo Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, contendo as informações exigidas pela regulamentação vigente, inclusive a conclusão quanto à aptidão ou inaptidão do servidor para o exercício de suas atividades, quando aplicável.

5.5 A execução dos serviços deverá ocorrer mediante solicitação da Administração Municipal, de acordo com a demanda efetivamente verificada durante a vigência contratual, sendo o pagamento realizado conforme os serviços efetivamente prestados e devidamente comprovados.

5.6 A solução proposta mostra-se adequada à necessidade administrativa, uma vez que permite ao Município contar com estrutura técnica especializada para atendimento das demandas de saúde ocupacional sem a necessidade de manter, em sua estrutura permanente, profissionais e equipamentos específicos destinados à execução desses serviços.

5.7 Dessa forma, a contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho apresenta-se como solução capaz de assegurar a continuidade dos exames ocupacionais, o atendimento das demandas decorrentes da movimentação do quadro de pessoal e a realização dos exames periódicos, garantindo maior segurança aos servidores e à Administração e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares pertinentes.

6. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1 O quantitativo do objeto foi definido com base em levantamento realizado pela Secretaria requisitante, considerando as necessidades previstas durante o período de vigência contratual, de modo a assegurar o atendimento da demanda estimada até o término do contrato.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor unitário estimado	Valor Total Estimado
01	350	SE	Exames Médicos Ocupacionais (ASO)	R\$ 30,67	R\$ 10.734,50
				Valor Total: R\$ 10.734,50	

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

7.1 A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de Medicina do Trabalho e estar regularmente constituída e habilitada para o exercício das atividades objeto da contratação, observando integralmente a legislação aplicável, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e as normas expedidas pelos órgãos competentes.

7.2 A contratada deverá possuir estrutura física, equipamentos, materiais e profissionais em quantidade e condições suficientes para assegurar a adequada execução dos serviços, observadas as normas de segurança, higiene e saúde aplicáveis.

7.3 A contratada deverá realizar, conforme solicitação da Administração e de acordo com a necessidade de cada servidor, os seguintes exames ocupacionais:

- a) exame admissional;
- b) exame periódico;
- c) exame de retorno ao trabalho;
- d) exame de mudança de função; e
- e) exame demissional.

7.4 A contratada deverá manter registro adequado dos exames realizados e dos documentos emitidos, garantindo sua integridade, segurança, confidencialidade e disponibilidade durante o período legalmente exigido.

7.5 A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por obrigações assumidas pela contratada perante seus empregados, profissionais, fornecedores ou terceiros.

7.6 Não será admitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto contratual.

7.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, mediante ordem de serviço, conforme a necessidade da Administração e quantitativos estimados neste Termo de Referência

8.2 A solicitação dos exames será encaminhada à contratada pelo setor responsável do Município, contendo, sempre que necessário, a identificação do servidor, a função exercida ou a ser exercida, o tipo de exame a ser realizado e demais informações necessárias ao adequado atendimento.

8.3 Após o recebimento da solicitação, a contratada deverá realizar o agendamento do atendimento e comunicar ao Município a data, horário e local para realização do exame, observando o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para disponibilização do atendimento, salvo situação excepcional devidamente justificada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

8.4 Os exames serão realizados por médico legalmente habilitado, que deverá proceder à avaliação clínica ocupacional do servidor, considerando as atividades desempenhadas, as condições de trabalho e os riscos ocupacionais aos quais esteja ou estará exposto.

8.5 Os exames deverão ser realizados na sede da empresa vencedora localizada a um raio de até 100 km do Município de Indianópolis/MG. A limitação geográfica justifica-se pela necessidade de reduzir o tempo e os custos de deslocamento dos servidores, minimizar impactos sobre a jornada de trabalho e assegurar maior celeridade no atendimento das demandas ocupacionais.

8.5.1 Quando o número de servidores for superior a 5 (cinco), os exames deverão ser realizados na sede do Município de Indianópolis/MG, em espaço físico a ser disponibilizado pelo Município.

8.6 Nos atendimentos realizados em Indianópolis/MG, caberá à contratada disponibilizar e transportar todos os profissionais, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à adequada execução dos exames, sem custo adicional para o Município.

8.7 O ASO deverá ser emitido em 3 (três) vias, sendo uma destinada ao servidor, uma ao Município e uma para arquivo da contratada, observadas as regras de sigilo médico e proteção de dados pessoais.

8.8 O ASO deverá ser encaminhado ao Município, em formato PDF, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização do exame, por meio do canal eletrônico oficialmente indicado pela Administração, observadas as medidas de segurança e confidencialidade aplicáveis.

8.9 A contratada deverá manter controle dos exames realizados, contendo, no mínimo, a identificação do servidor, data do atendimento, tipo de exame realizado e respectivo ASO emitido, sem prejuízo da observância do sigilo das informações médicas.

9. CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação de despesa.

9.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela licitante.

9.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4 O pagamento ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes, conforme legislação vigente;

9.5 A empresa licitante vencedora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

9.6 Na forma do art. 145, da Lei no 14.133, de 2021, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

9.7 Considerar-se-ão incluídos no valor contratado todos os encargos e acréscimos que, direta ou indiretamente, incidam ou venha a incidir sobre a execução do objeto pactuado.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA de licitação, na forma FÍSICA, com fundamento no art. 43, inciso II do Decreto municipal nº 4.407/2023 na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação Jurídica

10.3 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.9 Os documentos constantes do item anterior deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, por cartório ou pela Equipe de apoio.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

10.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

10.11 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e INSS ou documento equivalente que comprove a regularidade; através de certidão emitida os termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;

10.12 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade;

10.13 Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, referente à sede da empresa;

10.14 Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a sede da empresa;

10.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida no sítio do Tribunal Superior do Trabalho;

10.16 Será considerado como prova de regularidade certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Qualificação Econômico-Financeira

10.17 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

10.18 Prova de inscrição ou registro junto ao Conselho Regional de Medicina da empresa e de seu responsável técnico;

10.19 Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante, por meio de contrato social, vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços;

10.20 Cadastro da empresa no Conselho de Estabelecimento de Saúde (CNES);

10.21 Alvará Sanitário em nome da licitante.

10.22 Para a qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica que comprove a aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Outras Comprovações

10.23 Declarações constantes e obrigatórias conforme a Lei 14.133/2021.

11. GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

11.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

11.4 Fica designado como fiscal de contrato a servidora Michele Cabral Portilho.

Gestor do Contrato

11.5 A Gestão do contrato será exercida de acordo com o art. 9º do Decreto Municipal nº 4.407, de 28 de dezembro de 2023.

11.6 A Gestão do contrato será exercida pela servidora Renata Dinare Santos, consoante art. 4º do Decreto Municipal nº 4.592/2026.

12. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado.

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta.

13.2 A partir do décimo segundo mês da apresentação da proposta, os preços poderão ser reajustados, com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que vier a substituí-lo.

13.3 O reajuste financeiro deverá ser realizado por meio de Aditivo.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

14.1 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em casos de eventos supervenientes que alterem significativamente as condições originais do contrato.

14.2 A solicitação deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentação comprobatória, sendo sua análise condicionada ao interesse público.

14.3 O reequilíbrio deverá ser realizado por meio de Aditivo;

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 Efetuar o pagamento, conforme prazos e condições estipulados neste Termo de Referência, desde que os serviços sejam prestados de forma satisfatória e estejam de acordo com os critérios de aceitação.

15.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

- 15.3 Encaminhar à Contratada as solicitações para realização dos exames ocupacionais;
- 15.4 Disponibilizar espaço adequado para realização dos exames, quando houver atendimento no município de Indianópolis/MG;
- 15.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.6 Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1 Executar os serviços conforme especificações previstas neste Termo de Referência.
- 16.2 Disponibilizar profissionais legalmente habilitados com qualificação técnica compatível com o objeto contratado, responsabilizando-se integralmente por sua atuação;
- 16.3 Realizar os exames ocupacionais com observância da NR-07, do PCMSO, da legislação profissional e das demais normas aplicáveis;
- 16.4 Elaborar os registros e prontuários clínicos individuais decorrentes dos atendimentos, mantendo-os sob sua responsabilidade pelo período legalmente exigido e assegurando o sigilo médico e a confidencialidade das informações;
- 16.5 Emitir o respectivo ASO após a realização de cada exame, com as informações exigidas pela regulamentação vigente;
- 16.6 Nos exames periódicos e demais exames ocupacionais, realizar avaliação clínica compatível com a finalidade do exame e com as condições de trabalho do servidor;
- 16.7 Disponibilizar, nos atendimentos realizados no Município, todos os profissionais, equipamentos, materiais e demais recursos necessários à execução dos serviços;
- 16.8 Cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato, sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo esses observarem os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensados aos servidores deste regional;
- 16.9 Reportar ao gestor do contrato as atividades realizadas para fins de controle;
- 16.10 Substituir o profissional, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Contratante;
- 16.11 Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento das obrigações contratuais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

16.12 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no procedimento de contratação;

16.13 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 10.734,50 (Dez mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).**

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 A licitante sujeita-se às penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133 de 2021;

18.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura Municipal de Indianópolis poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar a contratada as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

III. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão decididos pela administração, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município:

20.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Ficha: 16/01.0500.0000.0000 – 02.02.04.122.001.2.010 3.3.90.39 - Pessoa jurídica

Recurso: (x) Próprio Vinculado: () Estadual () Federal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A documentação relativa à habilitação consiste em:

1- Pessoa Jurídica:

1.1 - Habilitação jurídica:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

1.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e INSS ou documento equivalente que comprove a regularidade; através de certidão emitida os termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade;
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, referente à sede da empresa;
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a sede da empresa;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida no sítio do Tribunal Superior do Trabalho;

Será considerado como prova de regularidade certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

1.3 – Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

1.4– Qualificação Técnica

- a) Prova de inscrição ou registro junto ao Conselho Regional de Medicina da empresa e de seu responsável técnico;
- b) Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante, por meio de contrato social, vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços;
- c) Cadastro da empresa no Conselho de Estabelecimento de Saúde (CNES);



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

d) Alvará Sanitário em nome da licitante.

e) Para a qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica que comprove a aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

1.5 – Outras Comprovações

a) Declaração Unificada

Vonimar Rodrigues da Silva
Encarregado Departamento de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Dispensa 014/2026

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu(a) representante legal, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- 1 - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 2 - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- 3 - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- 4 - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 5 - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 6 - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- 7 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 9 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 10 - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21);
- 11 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023);
- 12 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 13- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Dispensa 014/2026

A licitante, empresa (_____), inscrita no CNPJ _____, situada no (Endereço)_____, telefone _____, e-mail _____, possuidora de Conta Corrente no Banco _____, agência _____, número (da C/C)_____, vem, através deste instrumento, por seu representante/procurador legal devidamente constituído, apresentar, sob os ditames da Lei, sua proposta de preço referente a dispensa nº _____, realizado pela Prefeitura Municipal de Indianópolis, MG, conforme segue abaixo:

PROPOSTA DE PREÇOS			DISPENSA 014/2026	
PROPONENTE			CNPJ	
DESCRIÇÃO DA PROPOSTA				
Item	Descrição dos Serviços	Qtde Estimada	Valor Unitário	Valor Global
01				
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA		Valor Global da Proposta		
60 DIAS				
LOCAL E DATA				
_____ - MG, ____ de _____ de _____				
ASSINATURA DO PROPONENTE		CARIMBO DA EMPRESA/PROponente		

Obs.:

1. NÃO UTILIZAR ESSE MODELO.

Utilizar papel com o timbre da empresa ou por carimbo padronizado da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N°

Dispensa 014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho para a realização de exames médicos ocupacionais, compreendendo exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais, com emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS – MG, inscrita no CNPJ n.º xxxxxxxx, com sede na Praça Urias José da Silva, n.º 42, neste instrumento denominado CONTRATANTE e neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Selmo Alves de Souza, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF n.º XXX.998.206-XX e portador do RG n.º M-XXXX SSP/MG, residente e domiciliado à Rua XXXXX, Bairro XXXX, na cidade de Indianópolis/MG; e, de outro lado, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o n.º _____, com sede a (av/rua _____ (n.º) _____, (bairro) _____, (cidade) _____, (estado) _____, pelo seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, (profissão) _____, inscrito(a) no cadastro de pessoas jurídicas sob o n.º _____, residente e domiciliado em _____ na (av./rua) _____, (n.º) _____, (bairro) _____ doravante denominada CONTRATADO (A), resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - Do Fundamento Legal

1.1- A celebração deste contrato se dá em conformidade com a Dispensa n.º ____/____, Lei n.º 14.133/2021, Art. 75, Inc. II; Decreto Municipal n.º 4.407, de 28 de dezembro de 2023, art. 43, inc. II; Decreto Municipal n.º 4.592, de 02 de março de 2026; Lei complementar 123/2006.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - Contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho para a realização de exames médicos ocupacionais, compreendendo exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais, com emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

a) Termo de Referência.

b) Proposta Comercial.

Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária, Vigência e Prorrogação

3.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Ficha: 16/01.0500.0000.0000 – 02.02.04.122.001.2.010 3.3.90.39 - Pessoa jurídica

Recurso: (x) Próprio Vinculado: () Estadual () Federal

3.2– O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado.

Cláusula Quarta – Requisitos da Contratação e Execução do Objeto

4.1- Requisitos da Contratação

4.1.1- A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de Medicina do Trabalho e estar regularmente constituída e habilitada para o exercício das atividades objeto da contratação, observando integralmente a legislação aplicável, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e as normas expedidas pelos órgãos competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

4.1.2- A contratada deverá possuir estrutura física, equipamentos, materiais e profissionais em quantidade e condições suficientes para assegurar a adequada execução dos serviços, observadas as normas de segurança, higiene e saúde aplicáveis.

4.1.3- A contratada deverá realizar, conforme solicitação da Administração e de acordo com a necessidade de cada servidor, os seguintes exames ocupacionais:

- a) exame admissional;
- b) exame periódico;
- c) exame de retorno ao trabalho;
- d) exame de mudança de função; e
- e) exame demissional.

4.1.4- A contratada deverá manter registro adequado dos exames realizados e dos documentos emitidos, garantindo sua integridade, segurança, confidencialidade e disponibilidade durante o período legalmente exigido.

4.1.5- A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por obrigações assumidas pela contratada perante seus empregados, profissionais, fornecedores ou terceiros.

4.1.6- Não será admitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto contratual.

4.1.7- Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.2- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.2.1- A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, mediante ordem de serviço, conforme a necessidade da Administração e quantitativos estimados neste Termo de Referência

4.2.2- A solicitação dos exames será encaminhada à contratada pelo setor responsável do Município, contendo, sempre que necessário, a identificação do servidor, a função exercida ou a ser exercida, o tipo de exame a ser realizado e demais informações necessárias ao adequado atendimento.

4.2.3- Após o recebimento da solicitação, a contratada deverá realizar o agendamento do atendimento e comunicar ao Município a data, horário e local para realização do exame, observando o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para disponibilização do atendimento, salvo situação excepcional devidamente justificada.

4.2.4- Os exames serão realizados por médico legalmente habilitado, que deverá proceder à avaliação clínica ocupacional do servidor, considerando as atividades desempenhadas, as condições de trabalho e os riscos ocupacionais aos quais esteja ou estará exposto.

4.2.5- Os exames deverão ser realizados na sede da empresa vencedora localizada a um raio de até 100 km do Município de Indianópolis/MG. A limitação geográfica justifica-se pela necessidade de reduzir o tempo e os custos de deslocamento dos servidores, minimizar impactos sobre a jornada de trabalho e assegurar maior celeridade no atendimento das demandas ocupacionais.

4.2.5.1- Quando o número de servidores for superior a 5 (cinco), os exames deverão ser realizados na sede do Município de Indianópolis/MG, em espaço físico a ser disponibilizado pelo Município.

4.2.6- Nos atendimentos realizados em Indianópolis/MG, caberá à contratada disponibilizar e transportar todos os profissionais, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à adequada execução dos exames, sem custo adicional para o Município.

4.2.7- O ASO deverá ser emitido em 3 (três) vias, sendo uma destinada ao servidor, uma ao Município e uma para arquivo da contratada, observadas as regras de sigilo médico e proteção de dados pessoais.

4.2.8- O ASO deverá ser encaminhado ao Município, em formato PDF, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização do exame, por meio do canal eletrônico oficialmente indicado pela Administração, observadas as medidas de segurança e confidencialidade aplicáveis.

4.2.9- A contratada deverá manter controle dos exames realizados, contendo, no mínimo, a identificação do servidor, data do atendimento, tipo de exame realizado e respectivo ASO emitido, sem prejuízo da observância do sigilo das informações médicas.

Cláusula Quinta - Do Preço, Gestão e Fiscalização

5.1 - Os objetos contratados serão executados pelo preço global especificado, obedecidas às condições fixadas na proposta e no instrumento convocatório, ficando estipulado o valor estimado de **R\$** _____ (_____) para o presente contrato. Com as características e quantidades assim especificadas:

Item	Unid.	Quant.	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

Gestão do Contrato

5.2- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5- A Gestão do contrato será exercida de acordo com o art. 9º do Decreto Municipal nº 4.407, de 28 de dezembro de 2023.

5.6- A Gestão do contrato será exercida pela servidora Renata Dinare Santos, consoante art. 4º do Decreto Municipal nº 4.592/2026.

Fiscalização

5.7- A fiscalização será exercida de acordo com art. 7º do Decreto Municipal nº 4.407, de 28 de dezembro de 2023;

5.8- Fica designado como fiscal de contrato de acordo o art. 5º do Decreto Municipal nº 4.592/2026 a servidora Michele Cabral Portilho.

Cláusula Sexta – Do Equilíbrio Econômico - Financeiro

6.1- O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em casos de eventos supervenientes que alterem significativamente as condições originais do contrato.

6.2- A solicitação deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentação comprobatória, sendo sua análise condicionada ao interesse público.

6.3- O reequilíbrio deverá ser realizado por meio de Aditivo;

Do Reajuste

6.4- Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta.

6.5- A partir do décimo segundo mês da apresentação da proposta, os preços poderão ser reajustados, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que vier a substituí-lo.

6.6- O reajuste financeiro deverá ser realizado por meio de Aditivo.

Cláusula Sétima - Das Obrigações da Contratada

7.1- Executar os serviços conforme especificações previstas neste Termo de Referência.

7.2- Disponibilizar profissionais legalmente habilitados com qualificação técnica compatível com o objeto contratado, responsabilizando-se integralmente por sua atuação;

7.3- Realizar os exames ocupacionais com observância da NR-07, do PCMSO, da legislação profissional e das demais normas aplicáveis;

7.4- Elaborar os registros e prontuários clínicos individuais decorrentes dos atendimentos, mantendo-os sob sua responsabilidade pelo período legalmente exigido e assegurando o sigilo médico e a confidencialidade das informações;

7.5- Emitir o respectivo ASO após a realização de cada exame, com as informações exigidas pela regulamentação vigente;

7.6- Nos exames periódicos e demais exames ocupacionais, realizar avaliação clínica compatível com a finalidade do exame e com as condições de trabalho do servidor;

7.7- Disponibilizar, nos atendimentos realizados no Município, todos os profissionais, equipamentos, materiais e demais recursos necessários à execução dos serviços;

7.8- Cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato, sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo esses observarem os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensados aos servidores deste regional;

7.9- Reportar ao gestor do contrato as atividades realizadas para fins de controle;

7.10- Substituir o profissional, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

7.11- Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento das obrigações contratuais;

7.12- Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no procedimento de contratação;

7.13- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Cláusula Oitava - Das Obrigações da Contratante

8.1- Efetuar o pagamento, conforme prazos e condições estipulados neste Termo de Referência, desde que os serviços sejam prestados de forma satisfatória e estejam de acordo com os critérios de aceitação.

8.2- Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços;

8.3- Encaminhar à Contratada as solicitações para realização dos exames ocupacionais;

8.4- Disponibilizar espaço adequado para realização dos exames, quando houver atendimento no município de Indianópolis/MG;

8.5- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.6- Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

Cláusula Nona - Do Pagamento

9.1- O pagamento será realizado mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação de despesa.

9.2- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela licitante.

9.3- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4- O pagamento ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes, conforme legislação vigente;

9.5- A empresa licitante vencedora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

9.6- Na forma do art. 145, da Lei nº 14.133, de 2021, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

9.7- Considerar-se-ão incluídos no valor contratado todos os encargos e acréscimos que, direta ou indiretamente, incidam ou venha a incidir sobre a execução do objeto pactuado.

Cláusula Décima - Da extinção

10.1- O presente contrato poderá ser extinto, assegurado o contraditório e a ampla defesa nos casos previstos nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

Cláusula Décima Primeira – Proteção de Dados

11.1 - A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), sendo responsável pela proteção dos dados pessoais dos candidatos coletados durante todas as fases do processo seletivo. Deverá garantir a confidencialidade, integridade e segurança dessas informações, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Cláusula Décima Segunda – Das Infrações e Sanções Administrativas

12.1- A licitante sujeita-se às penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133 de 2021;

12.2- Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura Municipal de Indianópolis poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar a contratada as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total registrado;

III. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Departamento de Licitação

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Email: licitacaoindi@outlook.com

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

Cláusula Décima Terceira - Da Publicação

13.1 - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é a página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM, por conta do contratante.

Cláusula Décima Quarta - Dos Casos Omissos

14.1- Os casos omissos serão decididos pela administração, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Décima Quinta - Do Foro

15.1- Fica eleito o foro da comarca de Araguari/MG, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Indianópolis/MG, ____ de _____ de _____.

Município de Indianópolis/MG
Selmo Alves de Souza
Contratante

Razão Social
CNPJ nº
Contratada

GESTOR DO CONTRATO

FISCAL

Testemunhas:

1) Nome: _____

CPF nº: _____

2) Nome: _____

CPF nº: _____